DF na liderança

Da Redação

Mais da metade (51,2%) da população ocupada do País não contribuiu para a Previdência em 2006, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada ontem pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Mas, no Distrito Federal, a realidade é bem diferente. Os brasilienses lideram o ranking das contribuições. No ano passado, 66,8% da população ocupada local recolheu para o INSS, o que mostra uma preocupação com a aposentadoria, segundo os especialistas, e um número maior de trabalhadores com carteira assinada. Uma alta de um ponto percentual em relação a 2005.

Os paulistas estão em segundo lugar. No estado, 64,5% dos ocupados contribuíram para a previdência, seguidos pelos catarinenses (62,7%). O Piauí é o lanterninha do ranking. Apenas um em cada cinco piauienses recolheram o INSS no ano passado (20,5%). Apesar de mais da metade da população ocupada do País não ter contribuído com a Previdência Social em 2006, houve um aumento de 5,4% no número de trabalhadores contribuintes no ano passado, de acordo a pesquisa do IBGE.

Do total de 89,3 milhões de ocupados no País no ano passado, 43,6 milhões eram contribuintes e 45,7 milhões não-contribuintes. Entre as atividades pesquisadas, o maior percentual de ocupados contribuintes em 2006 estava na administração pública (84,8%), e o menor, no setor agrícola (13,5%). Na indústria de transformação, 64,5% dos ocupados contribuíram para a Previdência no ano passado.

Menos que em 1996

A pesquisa mostrou, ainda, que o trabalhador brasileiro ganhou em 2006, em média, menos do que dez anos atrás. O rendimento médio mensal com trabalho em 2006 foi de R$ 883, o que representa 9,4% menos que os R$ 975 ganhos em 1996. Os dados foram atualizados pela inflação do INPC. O salário dos trabalhadores sofreu perdas todos os anos entre 1996 e 2003, quando atingiu o menor valor – R$ 792. Desde então vem se recuperando, mas não o suficiente para superar os níveis de dez anos atrás.

Segundo o IBGE, em média, as pessoas com os menores salários recuperaram o poder de compra de 1996. Isso ocorreu, entre outros fatores, por causa dos aumentos reais do valor do salário mínimo. Em 2006, a média desses salários mais baixos foi de R$ 293, enquanto em 1996 era de R$ 267.

"O aumento real do salário mínimo nos últimos anos está impactando o rendimento do trabalhador, principalmente a renda das classes mais baixas", afirmou a economista do IBGE Márcia Quinstlr. Ela destacou que também contribuíram a expansão do emprego do trabalhador com carteira assinada (de 33,1% da população ocupada para 33,8%) e a redução da informalidade (de 51,8 % do total em 2005 para 50,4% em 2006).

Em relação a 2005, os salários médios em 2006 aumentaram mais no Nordeste (12,1%) e no Norte (7,1%). No Sudeste, Sul e Centro-Oeste, foram registrados crescimentos de 6,6%, 5,5% e 4,9%, respectivamente. No entanto, apesar do maior crescimento percentual, o Nordeste teve o menor salário médio absoluto: R$ 565 em 2006. A Região Sudeste apresentou o maior valor: R$ 1.027. De acordo com o IBGE, o aumento real do salário mínimo de 13,3% no ano passado foi um dos fatores determinantes para o crescimento médio do rendimento nacional entre os anos de 2005 e 2006.

RENATO ARAÚJO

A BAIANA RUTH LANDIM CHEGOU A BRASÍLIA EM 1969 E, AGORA, SÓ VOLTA PARA SALVADOR NAS FÉRIAS